

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/30798	39921/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCT [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Tendo em consideração o interesse demonstrado pela Câmara Municipal de Braga em valorizar e abrir à visitação o conjunto arqueológico das Carvalheiras - classificado como Imóvel de Interesse Público no ano de 1990 e sob tutela do Município -, o qual representa uma das maiores áreas de ruínas romanas da cidade de Braga e possui elevado valor científico, histórico e cultural para a promoção do território. Neste contexto, encontra-se em execução a empreitada CPE/19/23/DMOSM, relativa à Musealização da área das Carvalheiras, incluindo a zona arqueológica, o centro de interpretação e a área envolvente.

Considerando que os trabalhos arqueológicos relativos ao acompanhamento do projeto de valorização na área arqueológica das Carvalheiras, no âmbito da criação da respetiva estrutura de proteção, acessos e centro interpretativo, estão a ser executados pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Tendo sido aprovados pela tutela (informação nº. S-2024/635487 [C.S:1734619]), processo DRCN-DSBC/2019/03-03/1890/PATA/26751 (C.S:268320), em 25 de junho de 2024. A intervenção arqueológica em curso vincula-se ao Projeto de Investigação Plurianual de Arqueologia (PIPA) intitulado “PAB 2022-26 - Projeto de Arqueologia de Braga. Topografia, Urbanismo e Arquitetura” do Património Cultural I.P.

A presente proposta de Protocolo Específico de colaboração a celebrar entre o Município de Braga e a Universidade do Minho tem por objeto estabelecer os termos e condições em que a Universidade do Minho (UMinho) e a Câmara Municipal de Braga (CMB) se comprometem a colaborar, a nível técnico, científico, museográfico, educativo e logístico, na realização do Projeto Museográfico e Equipamento da Ínsula das Carvalheiras, promovendo a sua valorização patrimonial, a sua integração urbana e a dinamização cultural e turística de Braga de forma consolidada, visando:



- a) o desenvolvimento e implementação do projeto museográfico da Ínsula das Carvalheiras, abrangendo o desenho conceptual, a definição da narrativa expositiva, a articulação entre espaços de ruínas e conteúdos interpretativos, bem como a integração dos equipamentos de apoio ao público;
- b) o apoio técnico e científico à conservação, estudo e interpretação dos vestígios arqueológicos existentes no sítio, com base nas boas práticas da investigação arqueológica e da conservação preventiva;
- c) a conceção e estruturação dos percursos expositivos e dos planos de visita, garantindo a acessibilidade física e intelectual dos conteúdos, e respeitando os princípios da sustentabilidade e da integridade patrimonial;
- d) a produção, edição e difusão de materiais educativos, científicos e de comunicação, destinados a diferentes públicos-alvo (escolar, académico, turístico e comunitário), com o objetivo de promover o conhecimento, a fruição crítica e a valorização social do património arqueológico das Carvalheiras.

Pelo exposto, nos termos do do n.º 1 do art. 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, e respetivo parecer favorável do Departamento Jurídico, coloca-se à consideração superior a celebração do presente Protocolo Específico de Colaboração a celebrar entre o Município de Braga e a Universidade do Minho, por um período de 12 meses e que tem por objeto a realização do Projeto Museográfico e Equipamento da Ínsula das Carvalheiras, promovendo a sua valorização patrimonial, a sua integração urbana, a promoção da investigação científica e do conhecimento e a dinamização cultural e turística de Braga. O Município de Braga comparticipará nos custos inerentes ao desenvolvimento do objeto do presente protocolo, com a atribuição de um apoio financeiro no montante total de €50 000 (cinquenta mil euros), a que acresce IVA à taxa legal aplicável.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Data: 23/09/2025

Nº Processo: 39896/2025

Processo: Protocolo específico de colaboração Município de Braga e a Universidade do Minho

Tendo em consideração o interesse demonstrado pela Câmara Municipal de Braga em valorizar e abrir à visitação o conjunto arqueológico das Carvalheiras — classificado como Imóvel de Interesse Público no ano de 1990 e sob tutela do Município —, o qual representa uma das maiores áreas de ruínas romanas da cidade de Braga e possui elevado valor científico, histórico e cultural para a promoção do território, estando em execução a empreitada CPE/19/23/DMOSM – Musealização da área das Carvalheiras – área arqueológica, centro de interpretação e área envolvente.

Considerando que os trabalhos arqueológicos relativos ao acompanhamento do projeto de valorização na área arqueológica das Carvalheiras, no âmbito da criação da respetiva estrutura de proteção, acessos e centro interpretativo, estão a ser executados pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Tendo sido aprovados pela tutela (informação nº. S-2024/635487 [C.S:1734619]), processo DRCN-DSBC/2019/03-03/1890/PATA/26751 (C.S:268320), em 25 de junho de 2024. A intervenção arqueológica em curso vincula-se ao Projeto de Investigação Plurianual de Arqueologia (PIPA) intitulado “PAB 2022-26 - Projeto de Arqueologia de Braga. Topografia, Urbanismo e Arquitetura” do **Património Cultural I.P.**

Reconhecendo que a Universidade do Minho, através da sua Unidade de Arqueologia, é a entidade responsável pela realização das intervenções arqueológicas no referido sítio, bem como pela investigação e divulgação científica decorrente dessas ações, detendo, por conseguinte, o acervo de dados, documentação e conhecimento técnico indispensáveis à definição e implementação de um projeto integrado de valorização, musealização e adequação à visita pública do referido conjunto.

A definição conceptual do projeto de equipamento museográfico da Ínsula Romana das Carvalheiras está indissociavelmente ligado ao projeto arquitetónico desenhado pelos arquitetos por Ricardo Mar e Alejandro Beltrán-Caballero que se encontra em fase de execução pela empreitada de musealização das ruínas arqueológicas da Ínsula das Carvalheiras, criação de um centro de interpretação e um parque urbano, alvo de candidatura NORTE2030-FEDER-02240800 – Musealização da Ínsula das Carvalheiras aprovada através da deliberação da Comissão Diretiva em



17/04/2025.

Neste enquadramento, a Universidade do Minho e o Município de Braga assinaram, em 10 de dezembro de 2018, um Termo Adicional ao Protocolo de Cooperação existente, com o objetivo de garantir a colaboração necessária para a elaboração e implementação do Projeto Integrado de Valorização, Musealização e Adequação à Visita da Área Arqueológica das Carvalheiras.

“A Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM), assume um papel de relevo pela sua ação pioneira no Salvamento de Bracara Augusta, conta com cerca de 50 anos de experiência na recuperação, salvaguarda e produção de conhecimento sobre a cidade romana. Primeiramente muito centrada no Campo Arqueológico e na defesa das ruínas que iam aparecendo pela cidade, associadas ao crescimento urbano da década de 1970, rapidamente acompanhou o desenvolvimento teórico e metodológico da Arqueologia Urbana europeia.

O cruzamento dos dados é fundamental para o avanço do conhecimento arqueológico, por isso, a UAUM tem procurado desenvolver permanentemente novas metodologias de trabalho e de gestão, apostando nas novas tecnologias e promovendo o seu estudo. A gestão integrada dos dados em suporte digital, por meio de um sistema de informação permite interligar os diferentes contextos e realizar uma leitura completa da paisagem urbana. A atualização permanente deste sistema com os novos dados recuperados nas mais recentes intervenções, confere à Unidade de Arqueologia um know how único em termos de atuação em meio urbano e na produção de conhecimento científico sobre a história da cidade. Para além dos conhecimentos sobre o urbanismo fundacional de Bracara Augusta e dos relativos à sua arquitetura pública e privada, ao sistema hidráulico da cidade, às atividades económicas e ao mundo funerário, disruptivos são também os referentes à sua posterior evolução até à Antiguidade Tardia e Alta Idade Média.

A prática continuada de um projeto de arqueologia urbana em Braga tem igualmente criado oportunidades inovadoras ao nível da preservação e musealização de várias áreas arqueológicas escavadas, contribuindo para a criação de novos patrimónios na cidade, enriquecendo a sua história e fortalecendo os laços identitários da população. A importância da cooperação institucional levada a cabo pela UAUM com a Unidade de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, desde 1992, na prática da arqueologia preventiva tem sido fundamental para o estudo e salvaguarda do património arqueológico, possibilitando torná-lo num bem público, através da sua conservação e usufruto para benefício das comunidades e da economia da cidade, contribuindo para aumentar a atração turística e o desenvolvimento das chamadas indústrias culturais e criativas.”

A presente proposta de Protocolo Específico de colaboração a celebrar entre o Município de Braga e a Universidade do Minho tem por objeto estabelecer os termos e condições em que a Universidade do Minho (UMinho) e a Câmara Municipal de Braga (CMB) se comprometem a colaborar, a nível técnico, científico, museográfico, educativo e logístico, na realização do Projeto Museográfico e Equipamento da Ínsula das Carvalheiras, promovendo a sua valorização patrimonial, a sua integração



urbana e a dinamização cultural e turística de Braga de forma consolidada, visando:

- a) o desenvolvimento e implementação do projeto museográfico da Ínsula das Carvalheiras, abrangendo o desenho conceptual, a definição da narrativa expositiva, a articulação entre espaços de ruínas e conteúdos interpretativos, bem como a integração dos equipamentos de apoio ao público;
- b) o apoio técnico e científico à conservação, estudo e interpretação dos vestígios arqueológicos existentes no sítio, com base nas boas práticas da investigação arqueológica e da conservação preventiva;
- c) a conceção e estruturação dos percursos expositivos e dos planos de visita, garantindo a acessibilidade física e intelectual dos conteúdos, e respeitando os princípios da sustentabilidade e da integridade patrimonial;
- d) a produção, edição e difusão de materiais educativos, científicos e de comunicação, destinados a diferentes públicos-alvo (escolar, académico, turístico e comunitário), com o objetivo de promover o conhecimento, a fruição crítica e a valorização social do património arqueológico das Carvalheiras

Pelo exposto, e nos termos do do n.º 1 do art. 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, coloca-se à consideração superior a celebração do presente Protocolo Específico de colaboração a celebrar entre o Município de Braga e a Universidade do Minho, por um período de 12 meses, com um custo global de €50 000 (cinquenta mil euros), a que acresce IVA à taxa legal aplicável, e que tem por objeto a realização do Projeto Museográfico e Equipamento da Ínsula das Carvalheiras, promovendo a sua valorização patrimonial, a sua integração urbana, a promoção da investigação científica e do conhecimento e a dinamização cultural e turística de Braga.

Utilizador: Porfírio António da Silva Correia





Universidade do Minho



PROTOCOLO ESPECÍFICO DE COLABORAÇÃO

Universidade do Minho – Município de Braga

Considerando o interesse manifestado pelo Município de Braga na valorização e abertura ao público do Conjunto Arqueológico das Carvalheiras, classificado em 1990 como Imóvel de Interesse Público e sob tutela do Município, o qual representa uma das maiores áreas de vestígios romanos identificadas na cidade de Braga, com elevado potencial científico, histórico e cultural para a promoção e valorização do património local, estando em execução a empreitada CPE/19/23/DMOSM – Musealização da área das Carvalheiras – área arqueológica, centro de interpretação e área envolvente.

Os trabalhos arqueológicos relativos ao acompanhamento do projeto de valorização na área arqueológica das Carvalheiras, no âmbito da criação da respetiva estrutura de proteção, acessos e centro interpretativo, estão a ser executados pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Tendo sido aprovados pela tutela (informação n.º S-2024/635487 [C.S:1734619]), processo DRCN-DSBC/2019/03-03/1890/PATA/26751 (C.S:268320), em 25 de junho de 2024. A intervenção arqueológica em curso vincula-se ao Projeto de Investigação Plurianual de Arqueologia (PIPA) intitulado “PAB 2022-26 - Projeto de Arqueologia de Braga. Topografia, Urbanismo e Arquitetura” do Património Cultural I.P.

Reconhecendo que a Universidade do Minho, através da sua Unidade de Arqueologia, é a entidade responsável pela realização das intervenções arqueológicas no referido sítio, bem como pela investigação e divulgação científica decorrente dessas ações, detendo, por conseguinte, o acervo de dados, documentação e conhecimento técnico indispensáveis à definição e implementação de um projeto integrado de valorização, musealização e adequação à visita pública do referido conjunto.

Considerando que:

1. A Universidade do Minho, fundação pública com regime de direito privado, *tem como missão gerar, difundir e aplicar conhecimento, assente na liberdade de pensamento e na pluralidade dos exercícios críticos, promovendo a educação superior e contribuindo para a construção de um modelo de sociedade baseado em princípios humanistas, que tenha o saber, a criatividade e a inovação como fatores de crescimento, desenvolvimento sustentável, bem-estar e solidariedade* (cfr. artigo 1.º e n.º 1 do artigo 2.º dos Estatutos da Universidade do Minho, adiante designados por Estatutos);
2. A Universidade do Minho tem como objetivos, entre outros: *a formação humana ao mais alto nível, nas suas dimensões ética, cultural, científica, artística, técnica e profissional; a interação com a sociedade, através [...] da apresentação de soluções para os principais problemas do quotidiano, e de parcerias para o desenvolvimento social e económico, nos contextos regional, nacional ou internacional; a contribuição para o desenvolvimento social e económico do país e da região em que se insere e para o conhecimento, defesa e divulgação do seu património natural e cultural* (cfr. alíneas a), f) e g) do n.º 2 do artigo 2.º dos Estatutos);
3. O Município de Braga tem, entre as suas atribuições legais, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios educação, ensino e formação profissional,

Código Validação: 51422M7FZKRXWPO67D4MEWYM
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 6 / 12





- património, cultura e ciência e promoção do desenvolvimento (cfr. alíneas d), e) e m) do n.º 2 do citado artigo 23.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual);
4. Compete à Câmara Municipal “assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal” (cf. alínea f) do n.º 1 do art. 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual);
 5. A Ínsula das Carvalheiras é um testemunho raro da organização urbana romana, permitindo compreender o módulo construtivo da cidade romana como eram as habitações, ruas e a vida quotidiana em Bracara Augusta (nome romano de Braga) classificado em 1990 como Imóvel de Interesse Público;
 6. Desde 1986 decorrem trabalhos de investigação arqueológica e o estudo da “Insula das Carvalheiras” pela UAUM que permitiram reunir um conhecimento valioso sobre a história da cidade e do Império Romano na Península Ibérica;
 7. A preservação deste património reforça a identidade de Braga como cidade de origem romana, valorizando a memória coletiva dos seus habitantes;
 8. O projeto de musealização da Insula das Carvalheiras cria um espaço de fruição para residentes e visitantes, promovendo o orgulho local e o sentimento de pertença;
 9. A musealização e abertura ao público da Ínsula das Carvalheiras transformam-na num polo de atração turística, diferenciando a oferta cultural da cidade;
 10. O novo Centro Interpretativo, com recursos modernos e tecnológicos, permitirá uma experiência educativa e imersiva, tornando-se um local de visita obrigatória para quem quer conhecer a história de Braga;
 11. O projeto inclui a criação de um parque urbano anexo às ruínas, promovendo o usufruto qualificado do espaço pelos cidadãos e o desenvolvimento de atividades culturais e de lazer;
 12. A intervenção contribui para a regeneração urbana, valorizando o centro histórico e melhorando a qualidade de vida dos habitantes;
 13. A colaboração com a Universidade do Minho reforça a aposta na investigação, preservação e divulgação do património arqueológico bracarense;
 14. O espaço musealizado será também um recurso educativo para escolas, universidades e investigadores.
 15. O presente Protocolo consubstancia uma parceria de interesse público, visando a valorização, gestão e promoção da Ínsula das Carvalheiras, em benefício das populações de acordo com o Projeto integrado de valorização, musealização e adequação à visita da área arqueológica das Carvalheiras aprofundando as condições já acordadas no Termo Adicional ao Protocolo de Cooperação Universidade do Minho e o Município de Braga celebrado a 10 de dezembro de 2018.

Entre:

O Município de Braga, adiante designado de Primeiro Outorgante, com sede na Praça Município, 4700-435, Braga, NIPC 506 901 173, aqui representada por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal,

e

A Universidade do Minho, adiante designada de Segundo Outorgante, com sede no Largo do Paço, em Braga, pessoa coletiva nº 502 011 378, aqui representada por Rui Manuel Costa Vieira de Castro, na qualidade de Reitor da Universidade;





Celebram de boa-fé o presente Protocolo Específico de Colaboração referente ao Projeto Museográfico e Equipamento da Ínsula das Carvalheiras, que se rege nos termos das cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira (Objeto)

1. O presente Protocolo tem por objeto estabelecer os termos e condições em que a Universidade do Minho (UMinho) e a Câmara Municipal de Braga (CMB) se comprometem a colaborar, a nível técnico, científico, museográfico, educativo e logístico, na realização do Projeto Museográfico e Equipamento da Ínsula das Carvalheiras, promovendo a sua valorização patrimonial, a sua integração urbana e a dinamização cultural e turística de Braga.
2. A colaboração prevista no presente Protocolo inclui:
 - a) desenvolvimento e implementação do projeto museográfico da Ínsula das Carvalheiras, abrangendo o desenho conceptual, a definição da narrativa expositiva, a articulação entre espaços de ruínas e conteúdos interpretativos, bem como a integração dos equipamentos de apoio ao público;
 - b) apoio técnico e científico à conservação, estudo e interpretação dos vestígios arqueológicos existentes no sítio, com base nas boas práticas da investigação arqueológica e da conservação preventiva;
 - c) conceção e estruturação dos percursos expositivos e dos planos de visita, garantindo a acessibilidade física e intelectual dos conteúdos, e respeitando os princípios da sustentabilidade e da integridade patrimonial;
 - d) produção, edição e difusão de materiais educativos, científicos e de comunicação, destinados a diferentes públicos-alvo (escolar, académico, turístico e comunitário), com o objetivo de promover o conhecimento, a fruição crítica e a valorização social do património arqueológico das Carvalheiras

Cláusula Segunda (Obrigações dos outorgantes)

1. No âmbito do presente Protocolo o primeiro outorgante compromete-se a:
 - a) promover, de forma articulada com a Universidade do Minho, a divulgação pública do Projeto Museográfico e de Equipamento da Ínsula das Carvalheiras através dos seus canais institucionais de comunicação, previamente acordada com a Universidade do Minho;
 - b) garantir o apoio logístico e administrativo à execução das ações previstas no presente Protocolo;
 - c) promover a formação e qualificação de técnicos, mediadores culturais e guias afetos ao funcionamento do espaço museográfico, em articulação com a Universidade do Minho, garantindo que os profissionais alocados ao projeto detêm conhecimentos adequados sobre o conteúdo arqueológico, museológico e histórico da Ínsula das Carvalheiras, bem como competências em mediação cultural e atendimento ao público.
 - d) colaborar na conceção, planeamento e implementação de um programa regular de iniciativas culturais, educativas e de extensão comunitária associadas ao projeto, tais como visitas guiadas, oficinas pedagógicas, conferências, seminários, exposições temporárias, entre outras, que promovam a dinamização e valorização contínua do espaço museográfico.
 - e) Conceder um apoio financeiro ao segundo outorgante no valor total de €50 000 (cinquenta mil euros), acrescido do valor do IVA à taxa em vigor, para a execução do projeto museográfico e equipamento da Ínsula das Carvalheiras.
2. No âmbito do presente Protocolo o segundo outorgante compromete-se a:





a) assegurar apoio técnico e científico qualificado nas áreas da arqueologia, museografia, conservação do património arqueológico e comunicação patrimonial, com base na experiência acumulada da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e em conformidade com as boas práticas nacionais e internacionais nos domínios referidos.

b) coordenar, através da sua Unidade de Arqueologia, a definição dos conteúdos científicos, interpretativos e educativos do projeto, incluindo a investigação, sistematização e validação da informação a integrar na narrativa expositiva, bem como a produção do conceito museográfico e do respetivo projeto de execução, em articulação com a equipa técnica da Câmara Municipal de Braga.

c) colaborar na conceção e implementação de ações de formação dirigidas a técnicos, mediadores culturais e guias afetos ao funcionamento do espaço museográfico, contribuindo para a sua capacitação científica e metodológica, em particular nos domínios da arqueologia urbana, mediação patrimonial e interpretação histórica.;

d) Divulgar, nos canais institucionais da Universidade do Minho, as iniciativas levadas a cabo pela Câmara Municipal de Braga no âmbito do presente Protocolo, previamente aprovadas pela Universidade;

e) Afetar o apoio financeiro previsto na alínea e) do número anterior exclusivamente às finalidades decorrentes do presente protocolo;

f) Apresentar ao Primeiro Outorgante, relatório de execução financeira e relatório de desempenho do projeto e respetivos documentos justificativos da despesa, relatório esse que será condição indispensável para efetuar o pagamento integral do apoio aqui em questão, no qual devem constar indicadores de impacto quantitativos e qualitativos da realização das ações previstas;

g) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do objeto do presente protocolo;

h) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira tendo em conta o objeto do presente protocolo;

i) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído.

Cláusula Terceira (Publicações)

1. Todas as publicações resultantes das ações empreendidas ao abrigo do presente Protocolo Específico de Colaboração serão devidamente referenciadas quanto à sua autoria e instituições participantes.
2. Cada uma das outorgantes obriga-se a mencionar as outras no âmbito de toda e qualquer divulgação que tenha por referência o objeto e âmbito deste Protocolo Específico de Colaboração, e bem assim, em sede de divulgação dos direitos de propriedade intelectual decorrentes do mesmo.

Cláusula Quarta (Condições de pagamento)

O apoio financeiro referido na alínea e) do n.º 1 da Cláusula Segunda será transferido pelo Primeiro Outorgante ao Segundo Outorgante em três tranches, nos seguintes termos:

a) Primeira tranche de €15.000,00 (quinze mil euros), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, a liquidar no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do presente Protocolo Específico de Colaboração e receção da correspondente fatura emitida pela Universidade do Minho.





b) Segunda tranche: Montante de €20.000,00 (vinte mil euros), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, a liquidar no decurso do ano de 2026, após a entrega formal do projeto museográfico, mediante apresentação de fatura correspondente.

c) Terceira tranche: Montante de €15.000,00 (quinze mil euros), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, a liquidar igualmente no decurso do ano de 2026, após a entrega e validação do relatório final de execução do projeto museográfico, acompanhado da respetiva fatura.

Cláusula Quinta (Vigência e alteração)

1. O presente Protocolo Específico de Colaboração entra em vigor no dia seguinte ao da sua assinatura e vigora pelo período de 1 (um) ano.
2. Durante a sua vigência, o presente Protocolo Específico pode ser alterado, devendo essas alterações constar de documento escrito, subscrito pelos outorgantes, que revestirá a forma de Adenda, que depois de assinada do mesmo fará parte integrante.
3. Qualquer aspeto omissos neste Protocolo Específico ou dos acordos a celebrar, será regulamentado por acordo entre as partes.

Cláusula Sexta (Gestor do contrato)

Para efeitos do disposto na presente norma e nos termos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, ficam designados como gestores do contrato e substitutos, em caso de impossibilidade ou impedimento do primeiro:

Primeiro Outorgante

Gestor do contrato: Porfírio **António da Silva** Correia - Diretor do Departamento de Cultura e Turismo

Email: porfirio.correia@cm-braga.pt

Substituto: **João Filipe Tomé Duarte**

Email: joao.tduarte@cm-braga.pt

Segundo Outorgante

Gestor do contrato:

Email:

Substituto:

Email:

Cláusula Sétima (Legalidade da despesa)

O valor referido na cláusula 2.ª tem cabimento orçamental e será suportado pela rubrica 2024/33-5, tendo-lhe sido atribuído os números de cabimento e compromisso 98300 e 129108, respetivamente.

Cláusula Oitava (Habilitação)

Em cumprimento do disposto no artigo 177.º-B do Código de Procedimento e Processo Tributário e no artigo 213.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial da Segurança Social, o Segundo Outorgante apresentou os seguintes documentos comprovativos de que possui a sua situação tributária e contributiva regularizada, que se anexam e que constituem parte integrante do presente:





- a) Declaração da situação tributária regularizada;
- b) Declaração da situação regularizada perante a Segurança Social.

Cláusula Nona
(Proteção de dados pessoais)

1. As partes obrigam-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar cumprimento ao disposto na legislação aplicável, nomeadamente, ao Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril (RGPD) e à legislação nacional de proteção de dados aplicável, em particular, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.
2. As partes comprometem-se a garantir a proteção dos dados pessoais, sendo cada parte responsável pelo tratamento de quaisquer dados pessoais, quer para o cumprimento das finalidades previstas no contrato, quer para o cumprimento das finalidades que se revelem necessárias no âmbito da execução do mesmo, e ainda para o cumprimento de obrigações legais.
3. As partes devem aplicar as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar e poder comprovar que os tratamentos de dados pessoais que sejam necessários são realizados em conformidade com as obrigações de proteção de dados pessoais.
4. O Segundo Outorgante na elaboração e envio para o Primeiro Outorgante dos relatórios necessários para aferição do cumprimento das obrigações referentes ao apoio financeiro prestado pelo Município de Braga, está vinculado ao cumprimento do «princípio da minimização dos dados», nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º do RGPD, que determina que *“os dados pessoais são adequados, pertinentes e limitados às finalidades para os quais são tratados”*.

Cláusula Décima
(Revogação e Resolução)

1. O presente Protocolo Específico de Colaboração pode ser revogado, a todo o tempo, por comum acordo escrito entre as partes outorgantes ou pelo Primeiro Outorgante por motivos de interesse público.
2. O incumprimento das obrigações constantes no presente Protocolo Específico, por qualquer das partes outorgantes, confere, à parte não faltosa, o direito à resolução do mesmo, sem prejuízo da conclusão de quaisquer atividades em curso.
3. A resolução por incumprimento das obrigações do Segundo Outorgante previstas no presente Protocolo determina a devolução do apoio concedido.
4. A resolução deve ser notificada à parte faltosa, através de carta registada com aviso de receção enviada para a morada indicada no cabeçalho do presente protocolo, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias relativamente à data de produção de efeitos da resolução.

Cláusula Décima Primeira
(Lei Material Competente e Resolução de Litígios)

1. O presente Protocolo Específico de Colaboração rege-se pela Lei Portuguesa, segundo a qual deverá ser sempre interpretado e executado, designadamente:
 - a) Código do Procedimento Administrativo;
 - b) Código dos Contratos Públicos;
 - c) Código Regulamentar do Município de Braga, na parte aplicável.





Universidade do Minho



2. Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação ou execução do presente documento que não seja consensualmente resolvido no prazo máximo de 30 (trinta) dias será decidido por recurso à arbitragem, nos termos legalmente estabelecidos.

Cláusula Décima Segunda (Publicidade)

Os outorgantes deverão publicitar o presente protocolo nos locais de estilo e publicá-lo nas suas páginas da Internet.

E por terem de livre vontade assim convencionado, as partes outorgantes firmam o presente Protocolo Específico de Colaboração, feito em duplicado, de igual valor legal e que integra dois anexos, ficando um exemplar na posse de cada um dos outorgantes.

Braga, XX de XXXXX de 2025

O Presidente do Município de Braga

O Reitor da Universidade do Minho

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

(Rui Manuel Costa Vieira de Castro)

Anexos:

Declaração da Segurança Social e Autoridade Tributária

Código Validação: 5T4Z2M7FZKRXWPQ67D4MEWYM
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 12 / 12

